

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****2ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0003644-43.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Impugnação de Assistência Judiciária - Assunto Principal do Processo << Nenhuma informação disponível >>**
 Requerente: **Maria Aparecida Venancio Duarte**
 Impugnado: **Luciana Simões Ferrari**

Juiz de Direito: **Dr. Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Trata-se de impugnação à assistência judiciária promovida por **MARIA APARECIDA VENÂNCIO DUARTE** em face **LUCIANA SIMÕES FERRARI**. Alega, em resumo, que a impugnada declarou ser casada, e que comprovou o recebimento de salário da empresa "A Ferrari Comércio de Veículos ME". Contudo, argumenta que o endereço declarado pela impugnada é o mesmo da empresa da qual recebe salário, sendo provavelmente esposa do proprietário tendo, portanto, boas condições financeiras. Ademais, juntou fotos que mostram vários veículos no local; assevera que houve a contratação de advogado particular; e impugna os recibos juntados às fls. 52/54 dos autos principais.

Foram acostados documentos às fls. 05/87.

A impugnada se manifestou às fls. 91/96. Alegou, principalmente, a nulidade da impugnação, pois foi promovida após a entrada em vigor do "Novo" Código de Processo Civil.

O prazo de réplica passou em branco, conforme certidão de fl. 104.

É o relatório.**Fundamento e decido.**

Trata-se de incidente de impugnação à assistência judiciária, proposto em 06/04/2016.

A gratuidade foi deferida à fl. 64, dos autos principais, em 19/01/2016. Nesse contexto, não vislumbro qualquer óbice ao seu processamento, uma vez que, se procedente, possibilita o direito previsto no artigo 98, §3º, do Código de Processo Civil, não se falando em ofensa ao direito adquirido. Ademais, tendo sido concedida a gratuidade na vigência do Código de Processo Civil anteriormente vigente, prudente a aceitação, também na forma de incidente processual apartado, em prol do princípio da instrumentalidade das formas.

Pois bem, vejamos o mérito.

De início, friso que a contratação de advogado particular, por si só, não tem o condão de impedir o gozo da gratuidade, conforme artigo 99, §4º, do Código de Processo Civil.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

No mais, compete à parte impugnante comprovar suas alegações, haja vista a presunção legal em favor da pessoa física (artigo 99 §3º do Código de Processo Civil).

O requerimento de impugnação aos benefícios da justiça gratuita deve vir acompanhado de prova suficiente, ou razões conclusivas, da inexistência ou desaparecimento dos requisitos essenciais à sua concessão.

Na hipótese, o impugnante invoca fatos relevantes, como fotografias de veículos, o que não foi impugnado. Aliás, apesar de ser sua obrigação, a parte beneficiária da gratuidade não explicou por qual razão declarou como seu endereço o mesmo de sua empregadora; também não explicou se é casada ou mantém algum vínculo com o representante de tal firma.

Dito de outra forma, o impugnante trouxe à baila elementos importantes, não explicados pela impugnada.

Diante disso, há nos autos razões suficientes de que a capacidade financeira da beneficiária comporta o pagamento das custas do processo e dos honorários do advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família.

Diante do exposto, **ACOLHO** a impugnação e revogo a gratuidade da impugnada.

Com o trânsito em julgado, certifique-se nos autos principais.

Oportunamente, archive-se.

P.R.I.

MARCELO LUIZ SEIXAS CABRAL

Juiz de Direito
 (assinado digitalmente)

São Carlos, 29 de junho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**